

3 de Fevereiro 2020
Segunda-feira
Semanário - Ano 5
Nº 194
Director-Geral
Evaristo Mulaza



CERVEJEIRA À ESPERA DE INVESTIMENTO DE 1,5 MIL MILHÕES KZ

Risco de colapso a curto prazo



EMPRESAS. Na sequência do arresto decretado pelo Tribunal de Luanda, o director-geral da Sodiba reafirma que a Luandina pode colapsar a curto prazo. Luís Correia revelou que a empresa previa investir 1,5 mil milhões de kwanzas este ano por injeção directa dos únicos accionistas. E que apenas a partir de 2021 dispensaria dos desembolsos directos de Isabel dos Santos e Sindika Dokolo. Em causa estão 500 empregos. Pág. 10

JOÃO GONÇALVES, GASTRÓNOMO E VETERANO DO MPLA

“Fui forçado a vender a Sopol à Gefi por 100 mil USD”

Págs. 4 a 6



Mário Mujetes © VE

JULGAMENTO NO TRIBUNAL SUPREMO

Contradições no ‘caso 500 milhões’

As sessões de julgamento do ‘caso 500 milhões’, na última semana, ficaram marcadas por várias contradições de declarantes, com destaque para o consultor jurídico do BNA. Hernâni Santana questionou a legalidade da operação, ao mesmo tempo que se recusou a comentar a eficácia da autorização de José Eduardo dos Santos. Págs. 14 e 15

EMBAIXADOR DA CHINA EM ANGOLA ADMITE

Coronavírus afecta trocas comerciais

COMÉRCIO. O embaixador da China em Luanda adverte que o surto do Coronavírus pode comprometer as trocas comerciais entre a China e África, especificando o caso de Angola. Gong Tao aconselha os chineses residentes em Angola a evitarem viagens para a China. Entre Janeiro e Setembro de 2019, Angola comprou 1,48 mil milhões de dólares contra os 17,8 mil milhões de dólares que vendeu à China. Pág. 9



Mário Mujetes © VE

Editorial

À POLÍTICA O QUE É DA JUSTIÇA



A mensagem é cada vez mais perceptível. João Lourenço quer demarcar-se da posição de último mandante dos principais processos na justiça. E (des)faz-se a todo o custo para contrariar os críticos que apontam subjugação do poder judicial ao poder político. Ficou expresso na última entrevista à DW, mas é um exercício de negação inútil, essencialmente por duas razões. A primeira resulta da percepção geral da própria sociedade sobre o conjunto do contexto e a actuação particular dos principais órgãos de justiça.

Os Tribunais superiores e a Procuradoria-Geral da República declaram, publicamente, em circunstâncias diversas, que estão alinhados com a agenda de combate à corrupção do partido vencedor das eleições. Ainda na semana passada, Hélder Pitta

Grós disse-o precisamente assim, mais palavra, menos palavra. Ninguém, por mais ingênuo que seja, acredita, portanto, que os principais processos na justiça, com ou sem suficiente fundamento, avançam sem o 'agreement' expresso do novo chefe.

A segunda razão é estritamente explicada pelos discursos do próprio Presidente. Ao insistir na demarcação das linhas dos poderes, João Lourenço dá nota de que provavelmente não faz uma leitura a posterior sobre o conteúdo de muitas das suas próprias palavras. É que são raras as intervenções demoradas em que o Presidente não se tenha contradito quanto ao distanciamento da política, face às decisões da justiça. No último discurso sobre o 'estado da Nação', por exemplo, citou um caso específico em Tribunal, pressionando abertamente os juizes a avançarem com o julgamento. E na entrevista à DW, o mesmo Presidente que fala

na independência da justiça é o mesmo que desautorizou a Procuradoria-Geral da República a negociar com Isabel dos Santos, mas não se pronunciou quando a mesma Procuradoria aceitou negociar com o empresário Jean Claude Bastos de Moraes, acusado, na altura, igualmente de vários crimes.

No fundo, ao contrário do que faz parecer o Presidente, se ontem a política manietou a justiça para proteger os governantes e demais poderosos que saquearam o erário, hoje a política serve-se da justiça para discricionariamente decidir quem deve ser penalizado e quem deve ser aliviado.

Precisamente por isso, as críticas sobre a selectividade dos processos que tornam o combate à corrupção controverso persistem. João Lourenço ainda está muito longe de deixar cair essa convicção generalizada. E que a verdade seja dita: é discutível se vale a pena o esforço.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Antunes Zongo, Isabel Dinis, Júlio Gomes, Raimundo Ngunza e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo, Francisco de Oliveira e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes e Mário Paiva
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:
Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e

Nelson Manuel
Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, n° 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Ruth Saraiva,

directora-geral da Assertys

Qual foi o timing do inquérito sobre a qualidade de atendimento dos bancos?

A Assertys é uma empresa que tem uma experiência de 10 anos, mas está criada há três anos em Angola. O estudo teve início no dia 9 de Janeiro e foi concluído no dia 21.

O que foi possível apurar?

Concluimos que o Standard Bank é o melhor banco em termos de atendimento ao público. O estudo foi a primeira experiência que fizemos a nível da avaliação da qualidade dos serviços na óptica da entidade reguladora do sector bancário, dado que o BNA ainda não tinha qualquer indicação sobre o nível do serviço bancário, e nós fizemos essa experiência com base em metodologias internacionais, embora com alguma adaptação ao sistema financeiro nacional.

O que coloca o BPC na condição de pior instituição?

É a percepção das pessoas. Trabalhamos com a percepção de qualidade de serviço, que é validada numa escala de 1 a 10, sendo que as pessoas pontuam nessa escala de acordo com a percepção delas. Portanto, se o BPC tem o nível mais baixo, entre 5 e 6, é porque os consumidores se queixam do mal funcionamento da própria instituição bancária.

TERÇA - FEIRA

AAGT estende, até Abril, o prazo de pagamento da primeira prestação do Imposto Predial Urbano. A taxa do IPU é de 0,5 % sobre o montante do valor patrimonial que exceda os cinco milhões de kwanzas.

QUARTA - FEIRA

Empresários angolanos solicitam ao ministro da Economia e Planeamento, Sérgio Santos, e ao secretário do Presidente da República para o sector Produtivo, Isaac dos Anjos, um sistema financeiro bancário que esteja mais virado para a classe empresarial e que permita a realização de negócios a nível nacional e regional.

QUINTA - FEIRA

O Ministério da Economia e a União Europeia assinam três novas convenções de financiamento avaliadas em 23 milhões de euros, para a implementação de programas de cooperação na área do desenvolvimento económico e político, em Angola.



SEXTA - FEIRA

A presidente da Câmara de Comércio EUA-Angola, Maria da Cruz, informa que as trocas comerciais bilaterais atingiram, até Novembro de 2019, cerca de 1,4 mil milhões USD. Angola é o terceiro parceiro dos EUA, na África Subsaariana.



SÁBADO

O presidente do conselho de administração da Endiama, Ganga Júnior, anuncia que as empresas de exploração diamantífera que continuarem sem pagar impostos ao Estado serão responsabilizadas administrativa e criminalmente.



DOMINGO

A Brigada Técnica do Café em Ambaca, Kwanza-Norte, regista um aumento de 250 toneladas de café, no ano agrícola 2019, em relação ao período homólogo, avança Santana Sebastião, responsável pela entidade.



SEGUNDA-FEIRA A Austrália pretende incitar investimentos no sector mineiro angolano, com especificidade para Catica, Lunda-Sul, e das indústrias petrolíferas de Cabinda, avança, na África do Sul, a embaixadora não residente em Angola, Gita Kamath, num encontro mantido com a homóloga angolana acreditada na África do Sul, Filomena Delgado.

COTAÇÃO



LISBOA A ÚNICA EM QUEDA NA EUROPA

Grande parte das bolsas europeias fechou o primeiro dia da semana em alta com excepção de Lisboa. No pan-europeu Stoxx 600 registou-se alta de 0,25%, a 411,72 pontos. Em Londres, o índice FTSE 100 avançou 0,55%, a 7.326,31 pontos, enquanto o índice DAX, de Frankfurt, fechou em alta de 0,49%, aos 13.045,19 pontos. O índice FTSE MIB, da Bolsa de Milão, subiu 0,96%, a 23.460,01 pontos. Em Madrid, o índice Ibex 35 avançou 0,39%, a 9.404,70 pontos. Já o PSI 20, de Lisboa, caiu 0,51%, a 5.225,04 pontos.



PETRÓLEO ABRE A SEMANA EM BEAR MARKET

Pela sexta semana consecutiva, o preço do petróleo arranca em baixa. No início da semana passada, o contrato do WTI para entrega em Março caiu 1,94% para 53,14 dólares. No início desta semana registou-se queda de 2,81%, para 50,11 dólares o barril. Já o preço do Brent, que arrancou a semana passada a recuar 2,26% para 59,32 dólares, esta semana recuou 3,83% para 54,45. Assim, nos dois casos regista-se bear market (queda de ao menos 2% ante o pico mais recente).

Entrevista

JOÃO GONÇALVES, GASTRÓNOMO E VETERANO DO MPLA

“Permaneci no país, pensando que poderia ajudar a alavancar a economia”

Delegado ao primeiro congresso do MPLA, em 1977, é um homem que se sente inconformado com o rumo do país. “Por mais que custe, como é que no tempo colonial se tinha uma vida muito melhor do que hoje?”, questiona. Recorda que chegou a ter uma participação de 12% na gráfica Sopol que, por causa das dificuldades, vendeu à Gefi, “para custear a educação dos filhos no estrangeiro”.

Por Júlio Gomes

Como avalia a conjuntura económica e social do país? Vamos evitar! Falemos de coisas com estrutura, porque de acusar a mim já não interessa. Estou cansado. O que hoje me interessa é a mudança pela qual tanto nos batemos. Note que os primeiros livros do MPLA, incluindo os estatutos e o jornal, foram produzidos na minha tipografia. Fomos a única tipografia que em 1974 trabalhou para o MPLA. Vincámos a presença do partido pelo país. Era na altura o único patrão, embora já o tenha sido desde 1971.

Mas é este o país com o qual sonhou quando aderiu ao MPLA?

Com certeza que não. Mil vezes, não. Eu poderia, por exemplo, estar na Europa, ou na América do Sul, onde fui convidado para trabalhar, mas, pensando que poderia alavancar o meu país, então permaneci.

Está arrependido?

Por mais que custe a entender, como é que você no tempo colonial tinha uma vida muito melhor do que hoje? Você desceu, voltou de cavalo para burro. Tanto sacrifício de levar material propagandístico a partir de Luanda a Malange, no Quéssua, para divulgar a presença do MPLA; transporte e distribuição de armamento aos guerrilheiros; compatriotas muitos dos quais mortos por esta causa, como o Jaimito e tantos outros que nos ajudaram, em 1974... Enfim, os carros com os quais apoiei o MPLA foram adquiridos com o meu trabalho na época colonial.

Mas acredita nas mudanças do Governo?

Diz um adágio popular que a esperança é a última coisa a morrer, mas não acredito que as coisas mudem nos próximos anos.

Porquê?

O mundo hoje é diferente. Antes, batíamos-nos pela causa socialista ou comunista e hoje nem sequer o MPLA faz parte da Internacional Socialista. Portanto, as coisas tiveram uma inversão de 360



Mário Mujetes © VE

graus. Não vejo a geração que vai colocar Angola no rumo certo que gostaríamos.

Está a ser pessimista, não?

A Independência não foi só para termos de beber e comer. Foi para termos nação, identidade, termos cientistas, logicamente, para termos um país normal. Mas o que vejo é muita bazófia, muitos discursos, mais teoria do que a prá-

A independência não foi só para termos de beber e comer. Foi para termos nação, identidade, termos cientistas, logicamente, para termos um país normal. Mas o que vejo é muita bazófia.

tica. Por isso, para resolver, em primeiro lugar, teríamos de ir a busca da identidade e caminhar na normalidade de um país composto por várias nações.

O que quer dizer?

A Nigéria tem mais de duas mil línguas e as coisas acontecem. Aqui, com poucas línguas, temos dificuldade de implantar um discurso único que toque o país na senda do

desenvolvimento. Noto que nos falta angolidade. A começar mesmo pelo bilhete de identidade. Hoje muitos de nós, por banalidade, trocamos a identidade angolana para termos a de outros países cujas histórias desconhecem e muitas vezes assimilam mais hábitos desses países do que do nosso.

Então, a soberania não trouxe benefícios?

Era uma necessidade, mas a materialização das causas da Independência é que é o ‘calcanhar de Aquiles’. Houve desnoriteio, ou seja, ‘cada um por si e Deus por todos’. Lembro-me de parentes queimados nos aviões a defender uma causa. Hoje eu pergunto: valeu a pena? Os camaradas que desviaram armas dos quartéis do exército colonial para levá-las à primeira região, na ânsia de um futuro melhor, isso valeu alguma coisa? Mas porque é que uns beneficiam e outros não? É uma pergunta que fica no ar a que os políticos devem dar resposta.

Sente-se amargurado?

Praticamente, neste momento, estou a deixar o legado. E isso passa pela investigação e estudo. Não é para

“Nunca recebi benefícios. Tentámos, mas sempre fomos respondidos com a falta de dinheiro. A ideia era a de criarmos uma classe de hoteleiros dignos desse nome.”

ganhar dinheiro. Antes pelo contrário, do pouco que adquirei, gastei para criar conhecimento e deixar obra para os continuadores deste país. Deixo escritos fundados em uma série de informações dos nossos ancestrais que não são tidos nem achados. Estou a falar da geração de homens naturais e patriotas que plantavam árvore, pensando no futuro.

O senhor participa do capital social da gráfica Sopol?

Deram-me apenas 12 por cento na sociedade, graças à intervenção do ex-Presidente José Eduardo dos Santos. Mas, por necessidade de custear estudos dos filhos, no estrangeiro, fui forçado a vender a minha fatia à Gefi, por 100 mil dólares que nem chegaram para tanto.

Então decide fundar a Associação de Hotéis, Restaurantes e Similares de Angola (Ahoresia) de que é presidente?

Isso foi feito com um propósito de ajudar o nosso Governo.

Mas como? Recebendo fundos públicos?

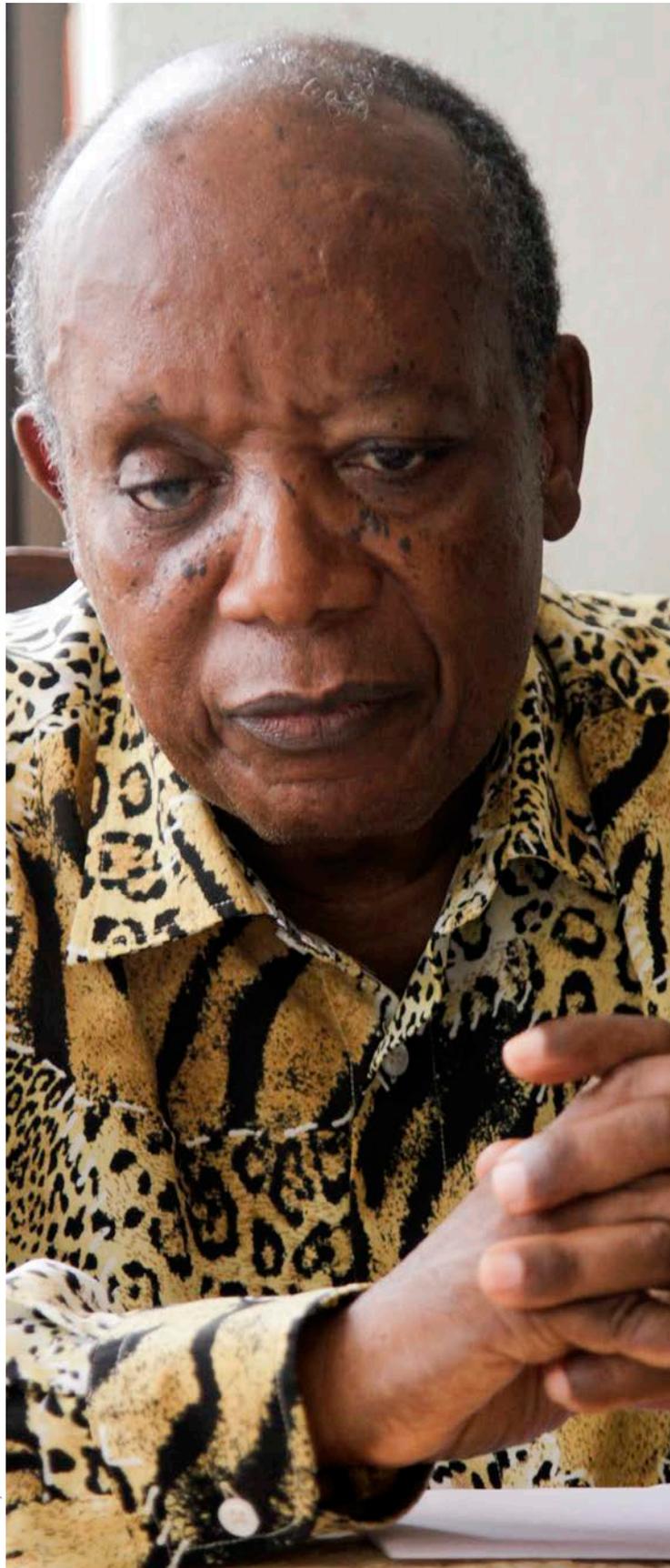
Nunca recebi benefícios. Bem que tentámos, mas sempre fomos respondidos com a falta de dinheiro. Portanto, a ideia era a de criarmos uma classe de hoteleiros dignos desse nome. O Estado seria um contribuinte também na medida em que as pessoas não tinham e ainda não têm uma consciência de classe. Então, com os recursos que tinha, o Estado podia ajudar a alavancar a formação de quadros e de empresários do sector hoteleiro e da restauração.

E tiveram resultados?

Através da Organização Mundial do Turismo conseguimos, a muito custo, formar as primeiras 500 pessoas em administração, cozinha, gerentes, directores de hotéis, empregados de mesa e bar. Foi um curso frequentado por intervenientes de Cabinda ao Cunene. Nunca mais houve uma formação com essa profundidade.

Esses cursos hoje constam dos planos das universidades...

Conseguimos fazer um trabalho para sensibilizar as universidades e a primeira foi a Universidade Agostinho Neto. Com ela assinámos protocolos em que também interveio uma delegação do Zimbábue com a qual rubricámos protocolos, porque as associações daquele país têm



Mário Mújica © VE

até outros requisitos como hotéis e restaurantes que participam na formação de quadros.

Com isso as escolas de hotelaria e turismo ficaram mais fragilizadas?

Cálculos efectuados por peritos estrangeiros que comigo trocaram impressões apontam que precisamos de pelo menos 1.500 escolas de hotelaria e turismo mas não temos sequer 20. Temos apenas três, ou seja, no Namibe, em Benguela e Cabinda. Mas digo que estas esco-

las têm de ser potencializadas com ditames originais da angolidade. É preciso seguirmos disciplinas que têm que ver com a nossa identidade e não nos refugiarmos na busca de tudo o que é de fora. Pelo contrário, se queremos elevar o prestígio do país além fronteiras, temos de formar investigadores e professores de acordo com a nossa realidade.

E o seu projecto de escola e unidade hoteleira, em Luanda?

Estou há 20 anos nisso e dizem sem-

Aqui, com poucas línguas, temos dificuldade de implantar um discurso único que toque o país na senda do desenvolvimento.

Nós os angolanos não nos amamos. Somos inimigos uns dos outros e andamos num rol de acusações, perseguições e inveja que não trazem benefício nenhum.

Indivíduos que não combateram, não conhecem o nome de o nome de Angola, são os primeiros a aceder à riqueza. essa conta está mal feita.

pre que não há dinheiro.

Quem nega financiar?

Os bancos e não só.

Dezoito milhões de dólares, é esse o investimento necessário, certo?

O valor do projecto não está em questão, quando a causa é nobre. O que deve ser levado em consideração é fazermos uma coisa nesse sentido. Tinha de ter um pontapé de saída. Aliás, seria algo inovador, os projectos estavam fundamen-

tados e mais ligados à angolidade a que já me referi. Portanto, não foi do agrado de alguns e por isso era sempre rejeitado por uma ou outra razão.

Então desistiu?

Pelo andar da carruagem talvez o meu bisneto possa fazer isso.

Voltemos ao princípio. Acha que o país foi adiado?

Não tenho nada que falar sobre esses aspectos. Estou a ver que as coisas não estão a caminhar como deveriam. Depois da Independência, tudo começou e está mal até aos nossos dias.

O que está mal?

Entre nós os angolanos não nos amamos. Somos inimigos uns dos outros e andamos num rol de acusações, perseguições e inveja que não trazem benefício nenhum.

Mas o país entra nos eixos com o combate à corrupção, não?

É uma hipótese. Vamos ver. Os que estiverem vivos irão testemunhar o resultado. Muitos como nós antes pensávamos numa coisa e de repente aconteceu outra. Não é ser negativista, mas 'gato escaldado tem medo de água fria'.

Como veterano do MPLA também aplaudiu o enriquecimento ilícito?

Era natural porque éramos jovens entre 21 e 22 anos e estávamos optimistas. O jovem é muito propenso a vitórias. E tudo condizia que seria um país diferente, mas não foi. Em vez de ser africano, Angola tornou-se em mais um país em África.

Qual é o caminho que aponta para a saída da crise?

A prioridade deve ser para nós os angolanos. Indivíduos que não combateram, não conhecem o nome de Angola, mas são os primeiros a aceder à riqueza do país. Essa conta está mal feita. Você como angolano na sua própria terra sente-se pior que o estrangeiro com uma vida decadente sob vários pontos de vista. E depois aparece uma classe de indivíduos vaidosos com aldrabices. Do que se diz é tudo mentira. Como cidadão, dou o meu ponto de vista e alguns podem não concordar comigo, mas o que me interessa é o bem para todos os angolanos em primeiro lugar.

Houve regressão...

CONTINUA NA PÁG. 6

Entrevista

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 5

Mil vezes para trás.

O seu restaurante 'Pezinhos n'Água' sobreviveu sem recurso a empréstimo?

Era bom que tivesse. Comecei com 12.500 escudos que fui gerindo, evolui e cresci sem apoio de ninguém. Para elevar o negócio, em 2000 tentei recurso ao banco, mas não fui bem-sucedido.

E depois não sei se foi um ataque encomendado, destruíram o restaurante na Ilha de Luanda e os trabalhadores ficaram à deriva. Mas veja o prestígio que teve sem nenhum empréstimo...

Abandonou o negócio?

Continuamos a lutar para ver se aparecem parceiros. Se assim acontecer, vamos avançar.

O seu nome é muito conhecido ao nível do MPLA. Isso não ajuda?

Cheguei até a ser carinhosamente tratado por Joãozinho, pelo ex-Presidente da República, nada mais para além disso.

Subiu a pulso?

Exactamente, sem benefícios de terceiros.

Foi amigo do falecido empresário Alpega. O que ele pensava do país?

Trabalhámos juntos e do que acompanhei, lamentava-se muito da falta de apoio. Porém, nada posso comprovar.

O Fórum de Auscultação e Concertação Empresarial (FACE) de que foi presidente desapareceu?

Haverá uma assembleia-geral, em que deverá ser eleita uma nova direcção.

E a Ahoresia?

Não é a mudança de uma cara que muda a situação. Mas, antes da Ahoresia, fui presidente da Associação de Hotéis e Restaurantes de Luanda (Ahoresil). Temos convénios com vários países americanos e europeus, mas também africanos. Agora, o Estado tem de saber que as associações intervêm no desenvolvimento. Nos outros países, são apoiadas. É um direito que lhes assiste. Aqui estamos em baixo. De resto, temos mais de cinco mil unidades de restauração que não pagam quotas regulares. Mas também estas não são suficientes para se ter um bom funcionamento.

A Associação de Hotéis e Resorts de Angola, surge com o mesmo objectivo, não?

PERFIL

Nascido em Luanda, em 1949, é um veterano gastrónomo que levou a arte angolana há vários países do mundo. É autor de um livro sobre os 'quitutes' da terra, premiado em Paris. "Sou gastrónomo, investigador e escritor com obra", mas "ao longo da vida já fui fotógrafo a cores e a preto e branco, zircógrafo, fotogrador e montador ao serviço da tipografia ABC, na estrada de Catete. "Por mérito deveria ser único proprietário da Sociedade tipográfica portuguesa (Sopol) quando outros sócios fugiram do país", observa, lembrando com nostalgia da impressão na gráfica sob seu comando da revista Prisma e de livros escolares para todo o país.

São conveniências e não nos preocupamos com isso.

Entregou ao Governo uma proposta de 220 milhões de dólares para capitalizar os empresários do sector. Quer comentar?

Há cerca de 11 anos, quando o senhor me entrevistou, a nossa associação (Ahoresia) precisava de 12 milhões de dólares para o desenvolvimento do sector hoteleiro e disso nada resultou. Mas, como lhe disse, não quero alinhar em política, porque apenas desejo benefícios para este povo.

Há margem para o surgimento de mais associações do género?

Sim, e estão a emergir. Temos a Associação de Cozinheiros e Pasteleiros de Angola com jovens dinâmicos que têm estado a dar cartas no que tange à gastronomia angolana. Basta dizer que um dos jovens dessa associação ganhou recentemente um concurso de gastronomia na Itália. É um bom começo.

O que diz sobre a gastronomia nacional?

É das áreas mais sublimes que há no planeta. Porque o homem que não come não vive. Logo, temos de ter cientistas, investigadores, antropólogos, nutricionistas, cozinhei-

ros de referência para podermos alimentar o nosso povo e torná-lo saudável e forte como era no tempo de Mandume e Nzinga Mbandi. É preciso consumir alimentos naturais da nossa terra, desde a mandioca, inhame, as folhas, o bom tomate que não sejam geneticamente modificados.

O que está em falta?

Não estamos a produzir o suficiente por várias razões, mas não interessa entrar em detalhes. Deixo apenas escapar que, quando você chegar a uma altura de comprar o tomate a um kwanza, aí poderei falar consigo.

A gastronomia interage com o turismo...

Mas temos de potenciar a gastronomia nacional. O que o homem quer é comer. Então devemos ter em conta três aspectos no consumo: carboidratos, vitaminas e proteínas. Daí é só seguir, ao mesmo tempo que temos de prestar atenção aos hábitos alimentares regionais.

As nossas receitas estão a alavancar a indústria de restauração no estrangeiro?

Sim, porque aqui não temos formação. Quero fazer uma escola e não há hipóteses.





DANÇA

com **RITMO**

EXCLUSIVO

zap vivo



O CONCURSO DE DANÇA QUE O VAI PÔR A MEXER!

SÁBADO • 21:00

APOIO AO CLIENTE:

935 555 500 | apoio.cliente@zap.co.ao

TODOS OS DIAS, INCLUINDO FERIADOS, DAS 7:00 ÀS 24:00

INFORMAÇÕES SUJEITAS A ALTERAÇÕES

SIGA-NOS EM:    

+ INFO EM: www.zap.co.ao

Economia/política

EMBAIXADOR CHINÊS ADMITE

Coronavírus pode afectar trocas comerciais

COMÉRCIO. Diplomata chinês desconhece se o seu país está a receber apoio financeiro para combater o vírus, mas garante que Beijing tem dinheiro suficiente para contrariar a epidemia.

Por Antunes Zongo

O embaixador chinês em Luanda, Gong Tao, admite que o surto do coronavírus pode afectar negativamente as trocas comerciais chinesas, incluindo com Angola.

Dados recentes indicam que, de Janeiro a Setembro do ano passado, Angola enviou para a China produtos no valor de 17,8 mil milhões de dólares, ao passo que de Beijing importou bens no valor de 1,48 mil milhões de dólares. Quando vistas no plano da comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), as trocas comerciais chinesas aumentam em 0,05% em relação ao mesmo período de 2018, para 108,9 mil milhões de dólares. Brasil e Angola figuram entre os principais parceiros.

Gong Tao sublinha que a “prioridade é travar o vírus”, para garantir a segurança das pessoas. “As relações económicas e comerciais vamos fazer e temos tempo para fazer no futuro, com base nas boas relações”, observa o diplomata.

Durante a conferência de imprensa realizada no consulado chinês, Gong Tao, que desconhece se o seu país está a receber apoio financeiro da comunidade internacional para combater o coronavírus, garante que Beijing tem “orçamento e materiais médicos suficientes” para fazer face à epidemia. “Temos hoje uma grande capacidade e vamos produzir os fárma-



Gong Tao, embaixador chinês em Angola

cos de combate ao vírus o mais brevemente possível. Como disse, não domino muito sobre as ajudas financeiras, mas sei que a Organização Mundial da Saúde enviou técnicos para a cidade de Wuhan, o epicentro do coronavírus, para colaborar na assistência e investigação”, explica Gong Tao, referindo também haver governos e sociedades privadas que se estão a voluntariar para oferecer assistência.

MEDIDAS DE PREVENÇÃO

O embaixador apela aos chineses em Angola a reduzirem as viagens para Beijing, além de sugerir o “isolamento voluntário” para os chineses que venham para Luanda. Gong Tao destacou as medidas de segurança tomadas por Angola, com a instalação de equipamentos e equipas de técnicos de saúde no aereo-

porto internacional 4 de Fevereiro, bem como em fronteiras terrestres, visando detectar e prevenir possíveis casos da doença.

SOBRE O CORONAVÍRUS

O coronavírus faz parte de uma vasta família de vírus que inclui os que causam a gripe comum, mas também a Síndrome Respiratória Aguda Severa - SARS. Os primeiros sintomas são febre altas e tosse, que podem agravar até causar pneumonia.

Desde que se deu o primeiro caso, pelo menos 350 pessoas morreram, e mais de 10 mil casos foram identificados. Além da China, também foram reportados casos de infecção pelo coronavírus em Macau, Hong Kong, Tailândia, Japão, Coreia do Sul, Estados Unidos, Singapura, Vietname, Nepal, Malásia, França, Alemanha, Austrália e Canadá.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

PAÍS VIZINHO RECLAMA RECURSOS DA 'ZONA CONJUNTA'
RD Congo exige indemnização de 500 milhões USD a Angola
 A AUTORIZAÇÃO unilateral da Sonangol à Chevron para a exploração de petróleo na 'Zona de Interesse Comum' está na base do conflito que já levou o presidente Joseph Kabila a 'varrer' do seu governo figuras 'favoráveis' a Angola. Pág. 14

PETRÓLEO
Potencial do onshore ignorado
 Com os custos de produção de petróleo a rondarem os 35 dólares por barril, especialistas apontam para a exploração onshore, que tem custos de produção mais baixos que promove a criação de milhares de empregos locais e de emprego marginal, abaixo dos 5%, com tratamento e tecnologia mundial 60% de todo o petróleo no mercado internacional é explorado onshore. Pág. 4-9

EM CAUSA A CRISE DE DÍVISA
Brasileiros querem conversão monetária entre real e kwanzas
 A Associação de Empresas Brasileiras em Angola (AEBRAS) é autora de uma proposta que deu no sentido de acordos com as autoridades angolanas, para que se seja aceite em Angola e o kwanzas no Brasil. Pág. 16

CATIVIAÇÃO DE DESPESAS MANTÉM PREVISÕES ECONÓMICAS
Governo descarta revisão imediata do OGE
 A entrada do segundo trimestre, o valor do barril do petróleo manteve-se abaixo do preço fixado no Orçamento Geral do Estado, mas fontes oficiais avançam que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Os cortes nas despesas de investimento não prioritárias são uma das explicações para a insustentabilidade do Governo em aliar as referências do OGE de 2019. Pág. 18

Luanda com seis novas centrais eléctricas
 Empresa de Produção de Electricidade - PRODEL - adquiriu seis centrais da norte-americana General Electric, no valor de 300 milhões de dólares, que permitirão abastecer mais de 600 mil residentes em Luanda. Pág. 18

Novo AZE USD 160,0 Kz (+0,4) EUR 181,02 Kz (+0,3) LIBRA 229,7 Kz (+0,3) YUAN 34,7 Kz (+0,0) BANO Rand - 10,5 Kz (+0,3)

Descarregue a App

Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
 comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

A **DESCONFIANÇA** nos projectos apresentados pelos empresários às entidades bancárias em Moçâmedes, foi apontado como sendo um dos fenómenos para a morosidade na aprovação e concessão de empréstimos bancários para alavancar a produção nacional e diminuir a importação.

FACE À INVASÃO INFORMÁTICA DE QUE FORAM ALVOS ISABEL DOS SANTOS E A SONANGOL

Especialistas sugerem investimento em ‘back up’ de dados informáticos

SEGURANÇA CIBERNÉTICA. Empresária Isabel dos Santos e a petrolífera estatal foram alvo de ataques informáticos em Junho do ano passado. Criminólogo Marcelo Manuel sugere melhorias no sistema de segurança da Sonangol, sob pena de um dia vir a perder “milhares de dólares” por via de um ciberataque.

Por Antunes Zongo

MEMORIZE

● **Padoca Calado e Marcelo Manuel** são de opinião que a matéria disponibilizada por Rui Pinto, deve servir apenas para investigação e não como provas para sustentar a acusação.

As entidades colectivas e singulares devem investir em ‘back up’ de dados e no recrutamento de pessoal especializado. Apelo é de diferentes especialistas em segurança informática, que se manifestam preocupados face à invasão de que foram alvo a Sonangol e a empresária Isabel dos Santos.

Embora seja “impossível garantir uma protecção total”, segundo os especialistas, o cumprimento das regras básicas ou de alto nível de segurança podem não só reduzir as consequências de uma invasão, como também dificultar o ataque.

Ao VALOR, Marcelo Manuel, criminólogo e especialista em segurança institucional, considera mesmo ser “urgente que

os gestores públicos e privados invistam em ‘back up’”, sistemas já usados por grandes companhias internacionais que servem de meio para copiar arquivos, pastas ou discos inteiros com vista o armazenamento secundário.

Na perspectiva do criminólogo, “foi sorte” o hacker pretender apenas extrair documentos e não de apagá-los. “Face à ausência de um ‘back up’, perder-se-ia tudo caso fosse essa a intenção”, sublinha. Apesar da qualidade operacional do programa ‘back up de dados’, que visa duplicar o documento para outra fonte inviolável, o especialista também apela aos gestores de entidades públicas e privadas a criarem,



Centro de controlo de dados informáticos.

nas instituições, departamentos de segurança institucional, vocacionados para a defesa cibernética e compostos por operadores capazes de proteger não só as instituições, bem como prevenir riscos e controlo da tramitação de ficheiros.

Também ao VALOR, Padoca Calado, engenheiro informático, chama atenção aos gestores e não só para o cuidado que se deve ter com os parceiros com os quais

se partilha o acesso aos sistemas informáticos ou a informação pessoal, sugerindo mesmo que o melhor seria a abstenção de partilha de ficheiros, dado que o parceiro pode ser vítima de invasão. E dá como exemplo o caso de Isabel dos Santos. “Como vimos, os dados obtidos estavam em várias empresas e não num único computador. Afinal, são mais de 700 mil documentos, desde contratos, e-mails,

contas e outros. Portanto, para os conseguir, foram pirateados diversos sistemas informáticos”, explica.

O especialista aconselha os operadores a não abrirem links suspeitos, a usarem redes seguras e a manterem os sistemas operativos actualizados, além de desligarem o bluetooth e o wi-fi quando não estão a ser utilizados.

CASO ‘LUANDA LEAKS’

Padoca Calado e Marcelo Manuel são de opinião que a matéria disponibilizada por Rui Pinto, o pirata português, que assume ter hackeado Isabel dos Santos, deve servir apenas de linha para investigação e não como provas para sustentar a acusação.

Em relação à atribuição do título ou não de ‘denunciante’ a Rui Pinto, como tem sido defendido por muitos em Portugal e em Angola, Padoca Calado prefere não comentar o facto, mas deixa claro que as informações constantes do ‘Luanda Leaks’ foram obtidas por via de “invasão e violação à privacidade” de outrem.

Diferente de muitos, que suspeitam que terá sido também o hacker português quem pirateou o sistema informático da Sonangol, o engenheiro reprova a narrativa, recordando que a petrolífera foi alvo de ataque em Junho de 2019, e que os documentos sobre os movimentos financeiros da empresária foram entregues à Plataforma para a Protecção de Denunciante em África, no final de 2018. Entretanto, apela à Sonangol a constituição de uma ‘ direcção de cibersegurança’.

No mesmo sentido, o criminólogo Marcelo Manuel, que também aconselha a petrolífera a criar uma direcção especializada e a recrutar jovens ‘experts’, adverte que a segurança das instituições “é um item que deve ser levado a sério”. “A Sonangol é a maior arrecadadora de receita para o Estado, dela depende boa parte do Orçamento Geral do Estado. Quando nos deparamos com uma invasão ao sistema informático, percebemos que o sistema não está protegido como parece. Hoje foram informações, mas amanhã, por via de um ciberataque, podem desaparecer milhares de dólares”, avisa.

Empresas & Negócios

ARRESTO DOS ACTIVOS

Fábrica de cerveja de Isabel dos Santos pode colapsar a curto prazo

BEBIDAS. Fabricante é uma das unidades abrangidas pelo arresto decretado pelo Tribunal de Luanda. Para este ano, estava programado o investimento de 1,5 mil milhões de kwanzas.

Por César Silveira

A Sodiba (fabricante das cervejas Luandina e Sagres) é das empresas de Isabel dos Santos que podem falir num futuro breve, devido à impossibilidade de os accionistas cumprirem o programa de investimento na sequência da decisão do Tribunal de Luanda de arrestar as participações da empresária e do seu esposo, Sindika Dokolo, também accionista da empresa.

O CEO da empresa, Luís Correia, de resto, admite a possibilidade de o colapso ser uma realidade a curto prazo, visto que existe a necessidade de investimento contínuo e permanente. Estima que, só este ano, há a necessidade de se “investir em vasilhames 1,5 mil milhões de kwanzas. Isto é o mínimo para permitir às marcas crescerem em linha com as necessidades da empresa”, explica. “Temos feito um percurso de crescimento e estamos a ter bons resultados com o crescimento da quota de mercado, a nível nacional, e a conquista de contratos a nível internacional. Mas, sem a capacidade de os accionistas apoiarem, o risco de colapso será uma realidade a curto prazo”, precisou. Segundo estimativas do ges-



MEMORIZE

● Além da produção das cervejas Luandina e Sagres, a Sodiba tem uma participação de 51% na fábrica de embalagens de vidros Embalvidro, cuja inauguração estava inicialmente prevista para o ano passado.

tor, apenas a partir de 2021 é que a empresa dispensará a injeção de capital dos accionistas, visto que “terá uma geração de cash-flow que lhe permitirá responder a todas as suas necessidades

e onde a engenheira Isabel dos Santos injectou, ao longo dos últimos anos, biliões de kwanzas para apoio aos défices de exploração, reforço de fundo de maneo e garantia de investimento. Foram investidos valores significativos em marketing e, no último ano (2019), mais de dois mil milhões de kwanzas em grades e garrafas para reforçar a presença no formato retornável”, contabiliza.

Além da produção das cervejas Luandina e Sagres, a Sodiba tem uma participação de 51% na fábrica de embalagens de vidros Embalvidro, cuja inauguração estava inicialmente prevista para o ano passado.

Desta feita, a unidade de produção de vidro, que tem ainda como accionista a Industrial Africa Development (IAD), e cujo investimento é de 120 milhões de dólares, consta entre os projectos mais expostos à empresária.

A 30 de Dezembro de 2019 o Tribunal de Luanda tornou pública a decisão de ordenar o arresto das participações de Isabel dos Santos e do marido Sindika Dokolo, nas empresas onde têm posição accionista.

A Sodiba foi uma das empresas afectadas e está entre as mais expostas por ter como accionistas únicos Isabel dos Santos e Sindika Dokolo.

Na sequência da decisão, Isabel dos Santos argumentou que “as empresas foram condenadas à morte”. A falência da Sodiba colocaria ao desemprego cerca de 500 pessoas.

EM 2019

BFA contribui com 78,9 milhões para lucros do BPI

O Banco de Fomento de Angola (BFA) contribui com cerca de 78,9 milhões de euros (mais 5,7 milhões de euros face a 2018) para os lucros consolidados do BPI que foi de 328 milhões em 2019, uma quebra de 33% face aos 490,6 milhões de euros obtidos em 2018.

O resultado da actividade em Portugal foi de 231 milhões de euros, representando uma subida de 13 milhões de euros, enquanto o moçambicano Banco Comercial e de Investimentos (BCI), onde o BPI detém 35,67%, contribuiu com 18,7 milhões de euros, uma redução de 1,8 milhões de euros face aos 20,5 milhões de euros de 2018.

Na conferência de imprensa de apresentação dos resultados do presidente-executivo do BPI, Pablo Forero, manifestou-se “feliz” por o Banco Central Europeu não impor data limite para redução da exposição em Angola, apesar de manter a recomendação.

“Nós continuamos a ter a mesma recomendação do banco central, de reduzir, não vender tudo, reduzir a nossa posição no BFA. Felizmente, não temos data-limite”, disse Pablo Forero.

O BPI que já foi maioritário do BFA com 50,1% reduziu a sua participação para 49% do capital em respeito à obrigação do Banco Central Europeu que exigia a redução da exposição excessiva em Angola até 10 Abril de 2016.

Posteriormente, o supervisor europeu substituiu a obrigação pela recomendação de o BPI reduzir ainda mais a exposição.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA e Floresta investe 122, 2 milhões na requalificação do Pólo Agro-industrial de Quizenga, no Cacusó, visando a sua reactivação, após cerca de cinco anos de paralisação.

DEPOIS DA ÁFRICA DO SUL

Dooh Ponto a caminho de Moçambique, Botswana e RDC

INTERNACIONALIZAÇÃO. Empresa iniciou expansão para o exterior em Julho de 2019 e, em Novembro do mesmo ano, investidores árabes pagaram quatro milhões de dólares por 70% das participações.

Por Guilherme Francisco

Depois de se instalar na África do Sul, a empresa angolana a Dooh Ponto preparase para entrar em mais três mercados africanos, no caso Moçambique, Botswana e República Democrática do Congo, segundo o seu CEO e fundador, Helivelton Francisco. “O objectivo é tornar a Dooh Ponto uma marca pan-africana. Quando os turistas vierem para

África ficarem a saber que têm uma marca de hambúrguer que identifica o continente”, salienta, acrescentando que o objectivo é estar em pelo menos cinco países do continente até 2022.

Pelos cálculos de Helivelton Francisco, é dentro de dois anos também que a empresa perspectiva criar mais de 1.700 empregos, com a implementação do sistema ‘drive food’ nos 68 postos de abastecimento da Pumanzol espalhados pelo país. Com o mesmo propósito de expansão pelo território nacional, a empresa permite também o sistema de franquias, somando já três além de contar com várias



Santos Samuessa © VE

2018, “através do lucro da roulotte”, abre o primeiro restaurante no Benfica.

solicitações. A opção, nas palavras do seu CEO, visa “dar oportunidade a novos investidores.” Sobre a possibilidade da

entrada de novos accionistas na estrutura da empresa, Helivelton Francisco sublinha que, depois de, no final do ano passado, ter

vendido 70% da sociedade por quatro milhões de dólares a um grupo dos Emirados Árabes Unidos, não pretende desfazer-se dos outros 30% que mantém. E assegura que, desde a negociação com os árabes, que a Dooh Ponto está “afincada em tornar-se na maior e primeira marca de hambúrguer angolano a ser internacionalizada”.

A Dooh Ponto surgiu em 2017 como uma roulotte de venda de hambúrguer, quando o jovem de 28 anos, Helivelton Francisco, formado em Telecomunicações, decide abandonar a Holanda, onde trabalhava e auferia o salário de sete mil euros, para viver e trabalhar em Angola numa das filiais da empresa europeia.

Na procura de uma renda extra para “apenas abastecer o carro e pôr saldo no telemóvel”, sem plano de negócio, nem perspectiva de expansão, investiu perto de um milhão de kwanzas, o que lhe rendeu, no primeiro mês, 500 mil kwanzas. O número de clientes aumentava cada dia bem como a pressão nas redes sociais, plataforma que sempre serviu para a divulgação do negócio. “A partir deste momento, o meu objectivo passou a ser abrir um restaurante”, conta.

E, em menos de um ano, isso a 1 de Janeiro de 2018, “através do lucro da roulotte”, abre o primeiro restaurante no Benfica, município de Belas, empregando 18 jovens, sem apoio bancário ou externo.

PRIORIDADE A EX-MILITARES E A JOVENS EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE

Turcos apostam em diversas áreas

O grupo empresarial germanoturco (GTAC - GmbH) pretende investir, no país, em vários sectores e empregar, sobretudo, ex-militares, jovens em condições de vulnerabilidade e portadores de deficiência.

Neste sentido, rubricou um acordo com o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), ocasião em que Irfan Sayar, PCA do grupo, adiantou ao VALOR que a

primeira fábrica a entrar em funcionamento será a de farinha de trigo, com capacidade de produzir diariamente três mil toneladas. Fernando Alves, representante da GTAC - GmbH, precisou que, numa primeira fase, as fábricas serão implantadas na Zona Económica Especial Luanda - Bengo.

Sem avançar o valor do investimento, “por estarem ainda em análise elementos técnicos”, acrescentou que primeiramente serão construídas quatro unidades que poderão gerar 26 a 27 mil empregos directos.

O gestor manifestou a inten-

ção de implantar outras fábricas em diferentes pontos do país, assegurando terem condições de investir em “todos os sectores” pelo facto de disporem de “melhores tecnologias.” “Com o decorrer do tempo, outras fábricas surgirão, porque nós não vamos pensar só no desenvolvimento de Luanda, porque Angola é de Cabinda ao Cunene. Há coisas que têm de se fazer nas zonas fronteiriças, de forma a expandir o mercado nos países vizinhos”, notou.

O investimento turco é apoiado pelo presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Angola,

Vicente Soares, por “inspirar confiança e contribuir para o desenvolvimento empresarial em Angola”. “Os turcos poderão trazer fundos do seu país, nós vamos ajudar o Ministério na inserção dos nossos empresários, formação dos ex-militares e pessoas em vulnerabilidade”, garante.

SECTOR TÊXTIL

Face à “produção incipiente” de algodão no país, a GTAC - GmbH vai investir na sua cultura em Malanje, de forma a “manter funcional” a fábrica têxtil, de modo a evitar-se a dependência

de grande parte de importações. “Angola foi um país que sempre produziu algodão, mas vive de importação. Em princípio, não vamos construir a fábrica e depois ficar parada. Vamos apostar na agricultura para garantir a matéria-prima”, assegurou Fernando Alves, acrescentando que a intenção é “cultivar o algodão em grande escala, na perspectiva de tornar Angola soberana numa cultura dominada antes do alcance da independência, pondo deste modo fim à importação”.

Guilherme Francisco

(In)formalizando

FALÊNCIA DE EMPRESAS É TAMBÉM DOS RISCOS

Os feitos do mau atendimento ao público nas instituições

SERVIÇOS. São várias as reclamações sobre o péssimo atendimento em diversas instituições públicas e privadas, comportamento que tem contribuído para a pouca produção e o consequente desemprego.



Demora no atendimento gera descontentamento.

Por Guilherme Francisco

Sair de um estabelecimento comercial ou de qualquer outra instituição pública com sorriso estampado no rosto pelo bom atendimento continua a ser difí-

cil na sociedade angolana. É visível o ar desgastante e exaltado nos rostos de muitas pessoas à saída de instituições, muitas vezes abarrotadas, com atendimento moroso.

Quem assim caracteriza a generalidade do atendimento ao público no país são jovens como Alberto Gomes, que conta ter deixado de frequentar uma loja de telefonia localizada em Viana pelo facto de os funcionários estarem sempre indispos-

tos. “Tratam os clientes como se estivessem a fazer favor, nem sequer prestam a devida atenção aos clientes,” lamenta.

Rosa de Almeida é outra jovem “descontente” e que conta ter sido obrigada certa vez “a chegar ao extremo”, tendo sido forçada a abandonar o estabelecimento comercial pelos seguranças.

Ainda assim, Alberto Gomes e Rosa de Almeida, que dão o rosto por muitos que reclamam

frequentemente da qualidade de atendimento ao público, têm registado queixas nos livros de reclamações, ainda que existam dúvidas sobre o destino final dessas denúncias.

A gestora empresarial Rukelha Reis não tem dúvidas de que as empresas angolanas “falham gravemente no tratamento ao cliente.” Chama a atenção, por isso, aos funcionários a procederem “de forma urbana e amorosa para com os clientes”, não importando a idade, género ou raça. “O mau atendimento ocasiona perda de clientes, baixa lucratividade e consequentemente a falência das organizações.

O cliente é importante em qualquer ramo de negócio, pois sem ele não existe lucro. E, por ser o cliente a peça fundamental, o factor inerente para que uma empresa se mantenha activa no actual mercado competitivo, ele merece um tratamento especial”, recomenda.

A também palestrante dá a conhecer a mudança de perfil do cliente. “Se no passado aceitava adquirir produto de baixa qualidade mesmo que o atendimento deixasse a desejar, hoje o perfil é outro. Os clientes da nossa Era aprenderam a comparar preços, produtos, atendimento, prestação de serviço de qualidade, estão cada vez mais selectivos e exigentes, conhecem os seus direitos de consumidor e têm vasta opção de escolha em suas mãos”, adverte.

A gestora recomenda, por isso, as empresas e demais instituições a criarem treinamentos regulares e proporcionarem motivação aos colaboradores. “A motivação harmoniza os indivíduos para desenvolverem bem as suas actividades, em busca de resultados positivos para as empresas, seja através de prémios ou reconhecimento pelo seu desempenho”, insiste, acrescentando que “o funcionário que não é reconhecido pelo seu desempenho trabalha sem ânimo.”

Rukelha Reis defende assim a necessidade de se “manter o cliente satisfeito porque, quando assim acontece, volta para a empresa e indica às outras pessoas.” E isso, precisa, “passa por fornecer informações, esclarecendo dúvidas, solucionando problemas, de forma a proporcionar segurança e tranquilidade ao cliente”.

MEMORIZE

● Rosa de Almeida é outra jovem “descontente” e que conta ter sido obrigada certa vez “a chegar ao extremo”, tendo sido forçada a abandonar o estabelecimento comercial pelos seguranças.

FOI INAUGURADO na segunda-feira, 3, um novo mercado comunitário em Mbanza Kongo, com a capacidade para albergar cerca de 180 vendedores.

EM WORKSHOP REALIZADO EM LUANDA

Belas Shopping incentiva jovens a não ‘matarem’ ideias de negócios

EMPREENDEDORISMO. Conectar empresários e empreendedores que actuam em diferentes segmentos e criar sinergias entre os novos profissionais foram os objectivos que reuniram vários jovens no workshop denominado ‘Sunset Talentos’, em Luanda.

Por Raimundo Ngunza

Com o objectivo de incentivar os jovens a colocarem em prática as ideias de negócio, o Belas Shopping, em parceria com a Gestão Profissional, realizou, na semana passada, o ‘Sunset Talentos’, iniciativa que juntou diversos jovens, em Luanda.

‘Desafios e oportunidades na criação de uma marca angolana’ e ‘Como tornar-se indispensável’ foram dois temas apresentados por dois jovens oradores Song Livramento e José Diakanamwa, especialistas nas áreas de recursos humanos e gestão de talentos, respectivamente. Pessoas como Bill Gates, Jack Ma e o malogrado Steve Jobs foram os nomes mais citados pelos participantes.

Song Livramento, na sua apresentação, contou que o empreendedorismo está muito relacionado com a questão de inovação, em que há determinado objectivo de se criar algo dentro de um sector ou produzir algo novo. A empreendedora contou a sua experiência e os caminhos que a levaram, em



‘Sunset Talentos’, iniciativa que juntou diversos jovens, em Luanda.

2010, a criar a Gourmandise Chocolate, que produz chocolate artesanal ainda em pequena escala.

A também especialista em Recursos Humanos convidou os presentes a não deixarem as ideias de negócio morrerem e aconselhou os jovens a procurarem apoios, material e financeiro, para empreender na área que dominam. Para Song Livramento, a crise financeira não pode ser encarada como barreira ou “desculpa”, mas antes “como oportunidade”.

Para a fundadora da Gourmandise Chocolate, as dificuldades sempre existirão, exemplificando que,

no seu caso, não teve de recorrer a crédito bancário para começar o negócio, tendo contado apenas com as suas poupanças do salário. Depois de ter gasto 460 mil kwanzas, em 2015, para legalizar a empresa, no ano passado, abriu o primeiro centro de produção de chocolate, onde emprega três funcionárias. “É preciso força de vontade”, testemunha. Como contou aos presentes, pensou várias vezes desistir do negócio, mas o apoio do marido e dos familiares foi determinante para o sucesso da empresa e do chocolate que considera “o melhor e único 100% angolano”.

José Diakanamwa, que reflectiu sobre ‘Como tornar-se indispensável’, aconselhou os presentes a não seguirem este caminho, alegando ser “perigoso e prejudicial” para o crescimento da empresa. Para o especialista em gestão de talentos, os jovens que estão a começar um negócio, para evoluírem, devem trabalhar em equipas “e nunca monopolizando o trabalho”.

Já Irmala de Sousa, directora de marketing do Belas Shopping, garante que esta é uma das muitas acções viradas para o público jovem que o centro comercial pretende trazer durante este ano. Temas sobre ‘Como elaborar e actualizar o curriculum vitae e ‘Como tirar maior proveito de formações online’ também serão abordados.

TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

**O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA**



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



De Jure



VICE-GOVERNADOR E CONSULTOR JURÍDICO OUVIDOS NO 'CASO 500 MILHÕES'

Contradições marcam audições de declarantes

JULGAMENTO. Confronto com advogados de defesa leva declarantes a recuarem em vários testemunhos assegurados às instâncias dos juízes e do Ministério Público. Audições prosseguem no Tribunal Supremo, com interrogatórios centrados em questões procedimentais.

Por Redacção

Várias contradições dos declarantes marcaram as sessões de julgamento do 'caso 500 milhões' na última semana. Na terça-feira, 28, o vice-governador do BNA, Tiago Dias, questionou, por exemplo, a idoneidade e a

experiência da empresa promotora do projecto, para justificar o parecer desfavorável que submeteu a Valter Filipe em Agosto de 2017, apesar de o então governador não lho ter solicitado. Enquanto era interrogado pelos juízes e pelo Ministério Público, Tiago Dias declarou que a falta de idoneidade e de experiência da Mais Financial teria sido aferida através de uma 'due diligence', com recurso à Internet.

No entanto, quando interrogado pelos advogados de defesa e confrontado com as actividades da Mais Financial no sector financeiro que obrigam à autorização prévia do BNA, Tiago Dias solicitou aos juízes que mantivessem a referência à falta de experiência, mas pediu que eliminassem as afir-

mações sobre a falta de idoneidade da empresa.

O consultor jurídico do BNA, Hernâni Santana, também se viu obrigado a recuar em relação a várias afirmações que assegurou na manhã de 29 de Janeiro. Quando questionado pelos juízes e pelo Ministério Público, Hernâni Santana referiu que algumas contribuições relevantes que havia sugerido para constarem do contrato de assistência técnica não foram incluídas na versão final do documento assinado entre o BNA e a Mais Financial, exemplificando o caso das garantias. Na tarde do mesmo dia, à instância dos advogados, quando solicitado a reler o contrato, admitiu que as garantias afinal constavam do documento.

Hernâni Santana viu-se obrigado também a corrigir outra afirmação relacionada com o contrato de gestão de activos assinado em Londres. Depois de, no período da manhã, ter afirmado que havia sido retirada a referência ao direito inglês como norma para a resolução de eventuais conflitos, retificou as afirmações, à tarde, admitindo que a cláusula em questão estava no contrato.

Mas o 'confronto' com a defesa teve outros 'momentos de stress' que obrigaram Hernani Santana a desfazer várias afirmações que assegurou na manhã do mesmo dia. Depois de ter afirmado, na primeira parte do interrogatório, que a transferência dos 500 milhões de dólares teria sido ilegal, por não ter

“O papel do BNA era emitir apenas a garantia para a capitalização do fundo estratégico.”



Sessão de julgamento na sala criminal do Tribunal Supremo

obedecido às formalidades previstas na Constituição, Hernâni Santana recusou-se a comentar, na tarde do mesmo dia, se a autorização de José Eduardo dos Santos colocada no memorando elaborado por Valter Filipe gerava ou não eficácia jurídica.

Os advogados de defesa questionaram ainda a tese do consultor do BNA, segundo o qual o questionamento da operação residiria também no facto de ao banco central estar vedada a possibilidade de criar fundos públicos. Nos termos contratuais, segundo a defesa, o BNA não assume em nenhuma circunstância a possibilidade de criar fundos, uma vez que esta responsabilidade seria do consórcio contratado que, posteriormente, submeteria à decisão do Governo a gestão dos fundos.

“O papel do BNA era emitir apenas a garantia para a capitalização do fundo estratégico, o nosso papel terminava aí e depois o Executivo decidiria. Não cabia ao BNA criar os fundos”, precisou Valter Filipe.

VALTER FILIPE NÃO VIU O PARECER

Em Julho de 2017, Valter Filipe solicitou a Tiago Dias, enquanto responsável pelo pelouro do departamento de estudos, que desenhasse os ter-

mos de referência que serviriam para a elaboração de um estudo sobre a economia angolana por reputadas universidades inglesas, conforme o contrato de assistência técnica assinado entre o BNA e a empresa Mais Financial Service. Mas, ao invés dos termos de referência, Tiago Dias optou por enviar um parecer que nunca chegou às mãos de Valter Filipe. “Esse parecer terá sido enviado a 10 de Agosto, o mesmo dia em que foi assinado o contrato de alocação de activos em Londres. Portanto, nunca cheguei a vê-lo. Tanto é assim que, em Outubro, por altura da passagem do dossier ao Ministério das Finanças, voltei a pedir os termos de referência ao vice-governador Tiago. E foi nessa altura em que, ao fazer referência ao parecer, eu lhe disse que lhe tinha pedido termos de referência e não um parecer”, explicou Valter Filipe, em acareação solicitada pelo juiz José Martinho Nunes.

Valter Filipe precisou que não pediu parecer a Tiago Dias porque a área de estudos não tinha competências para emitir pareceres, no âmbito do projecto que estava a ser negociado, mas também porque já havia solicitado parecer à equipa técnica constituída para o efeito e que era integrada por juristas e especialistas em matérias financeiras e de gestão de activos.

O actual vice-governador, que declinou comentar a legalidade ou ilegalidade da operação, respondeu que não saberia o que fazer, caso, na altura, fosse orientado por José Eduardo dos Santos a prosseguir com a assinatura dos contratos e com a execução da transferência, ainda que confrontado com os eventuais riscos do projecto.

POSSÍVEL CONCERTAÇÃO

Na tarde da última quarta-feira, após ser ouvido pelos três juízes que conduzem o julgamento e pelo Ministério Público, o consultor jurídico do BNA, Hernani Santana, começou a ser questionado por Sérgio Raimundo sobre uma eventual concertação que teria feito com o actual governador do banco central, no espaço do Tribunal. O advogado de Valter Filipe viu Hernani Santana, minutos antes de começar a ser questionado pela defesa, a trocar impressões com José de Lima Massano nos corredores do Tribunal, o que levantou suspeitas de possível concertação, uma vez que o actual governador é também declarante no processo.

COM UMA PROPOSTA DO EXECUTIVO E UM PROJECTO DA UNITA

Pacote autárquico vai a votos a 19 deste mês

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS. Pleito está previsto para este ano (2020) e poderá ser uma das questões centrais da próxima sessão legislativa, que tem o fim marcado para Agosto.

Por Redacção

A

Assembleia Nacional (AN) agendou, para 19 deste mês, a votação final global das propostas de lei do

Regime Financeiro das Autarquias e Regime Geral das Taxas das Autarquias, de iniciativa do Executivo, e o projecto de Lei das Finanças Locais (da Unita).

No final da última conferência dos presidentes dos grupos parlamentares, Liberty Chiaka, da Unita, avançou que o projecto de Lei das Finanças Locais e a Proposta sobre o Regime Financeiro das Autarquias Locais poderão ser fundidos, para dar lugar a um único diploma, uma vez que, em rigor, “tratam das mesmas matérias das finanças locais”. Aliás, uma posição que mereceu o consenso, diálogo e a concertação do MPLA, segundo declarações do deputado Américo Cuononoca, do MPLA.

O Parlamento aprovou, em definitivo, a Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas, a Lei Orgânica do Poder Local, do Funcionamento e Organização das Autarquias e da Tutela Administrativa, sendo que estão ainda por aprovar seis diplomas.

As eleições autárquicas estão previstas para este ano (2020) e, dada a importância e o aproximar dos prazos, poderão ser uma das questões centrais desta sessão legislativa, que termina em Agosto.

Os líderes parlamentares aprovaram também a votação final global da Proposta de Lei de Bases sobre a Organização e Funcionamento da Polícia Nacional e a discussão e votação, na genera-



Parlamentares aprovaram o Projecto de Lei sobre a Participação dos Cidadãos no Processo Legislativo, de iniciativa da Casa-CE.

Presidente da CNE empossado

A AN empossa, ainda a 19 deste mês, Manuel Pereira da Silva, o candidato designado pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ) para o cargo de presidente da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), avançou o portavoze do parlamento, Raul Lima, no final da conferência dos presidentes dos grupos parlamentares.

Manuel Pereira da Silva, até então presidente da Comissão Provincial Eleitoral de Luanda, venceu o concurso público cur-

ricular para o provimento do cargo, antes desempenhado por André da Silva Neto, que cumpriu dois mandatos.

Além de Manuel Pereira da Silva, que venceu com 87 pontos, participaram do concurso Sebastião Bessa, Agostinho António Santos e Avelino Yululu, que obtiveram 61, 54 e 48 pontos, respectivamente.

O concurso para a escolha do novo presidente da CNE foi aberto em Março de 2019.

lidade, do Projecto de Lei sobre a Participação dos Cidadãos no Processo Legislativo, de iniciativa da Casa-CE.

A agenda, composta por 15 pontos, inclui a discussão e votação, na generalidade, da Proposta de Lei que altera a Lei de Bases do Sistema de Educação e da Proposta de Lei Orgânica da Provedoria de Justiça.

Consta, igualmente, da agenda

da próxima reunião plenária, a apreciação de resoluções sobre ajustamento da comissão permanente da AN, bem como o pedido de substituição de membros indicados pelo MPLA nas comissões municipais eleitorais em Benguela, Huambo e Kuando-Kubango.

A 21 de Fevereiro, prevê-se a realização da primeira reunião plenária ordinária do grupo inter-parlamentar da Assembleia Nacional.

Gestão

Os 5 sectores-chave para investir em África



MERCADOS. Pelo estágio de desenvolvimento dos seus mercados emergentes, continente berço está debaixo de olho dos maiores investidores a nível mundial, como a nova fronteira de investimento estratégico. Aqui ficam as cinco indústrias mais promissoras e em que vale investir em África.

1 Finanças Tecnológicas

As soluções de banca online vão cada vez mais contribuir para a literacia e inclusão financeira de milhões em comunidades até aqui à margem da banca tradicional. Há gigantes tecnológicos no continente que já criaram plataformas que por exemplo permitem aos agricultores visualizar os preços de mercado de diferentes produtos de modo a que possam ajustar a sua planificação de produção e outras que fornecem contas online que permitem o pagamento de utilitários e encomendas de básicos com recurso mínimo a documentos e burocracias.

2 Comércio Online

Enquanto nos mercados desenvolvidos o comércio online já se tornou incontornável chegando ultrapassando os 3,5 biliões de USD a nível mundial em 2019, com projecções a apontar para o duplicar desse valor até 2022, em África o uso mais reduzido das tecnologias e das plataformas de e-commerce prometem influenciar o desenvolvimento económico num futuro próximo. À medida que os hábitos de consumo em África se vão diversificando e amadurecendo as vendas online vão ser cada vez mais o recurso para baixar custos com estruturas físicas.

3 Transportes públicos

África, um continente com crescentes necessidades de urbanização e soluções de mobilidade que deem respostas ao rápido crescimento demográfico, é terreno fértil para investimentos no sector da transportação e mobilidade. Neste campo ainda serão de utilidade a empresas de análise estatística capazes de verificar as necessidades e equacionar os riscos de investimento de acordo com as características físicas, logísticas e políticas locais. Os transportes com vertentes tecnológicas, movidos a fontes alternativas de energia ou com outras soluções de poupança têm também futuro entre os africanos.

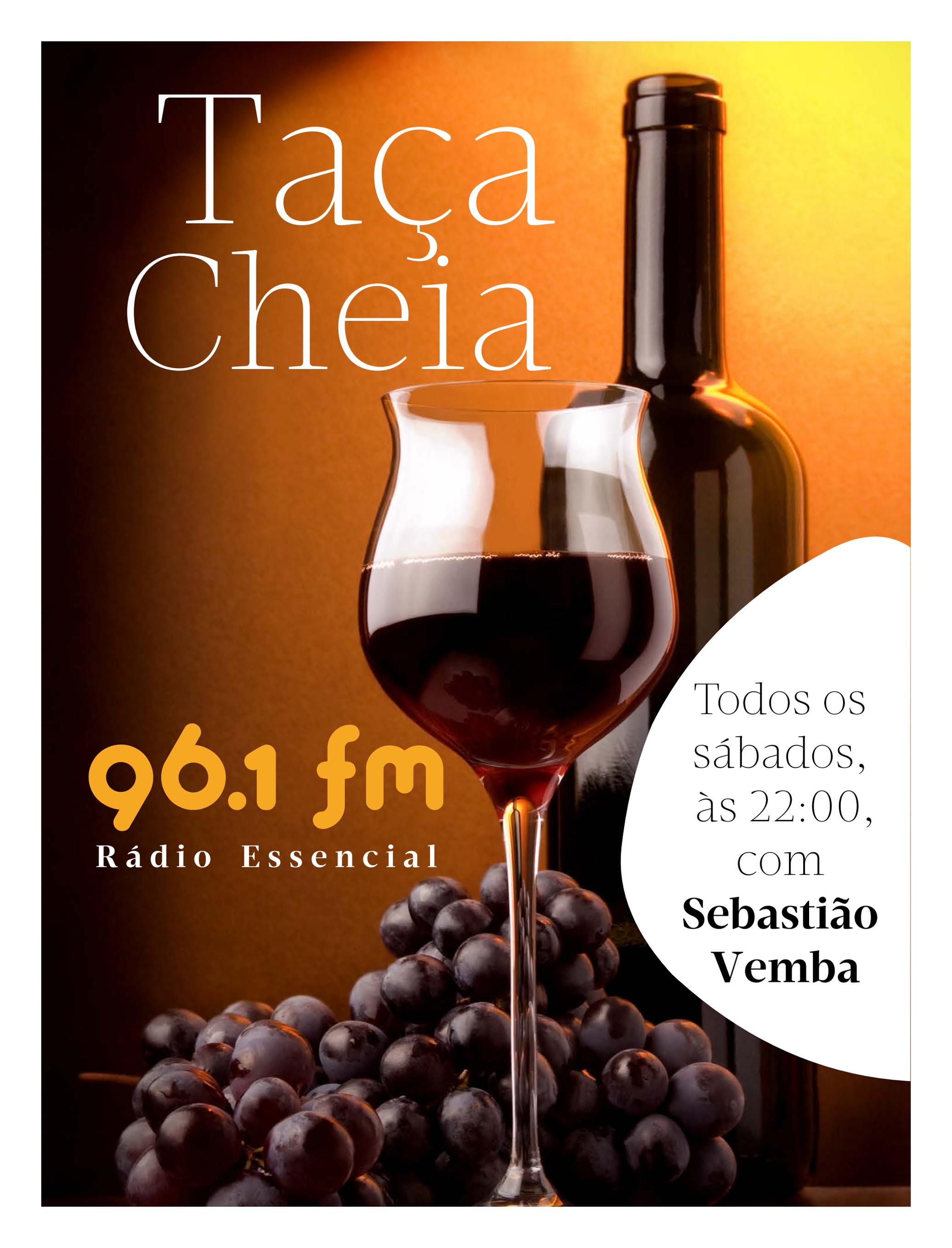
4 Indústrias de Tecnologia e Informação

O Ruanda lançou um programa nacional de promoção de tecnologias direccionado ao cultivo das tecnologias de informação entre os jovens ruandeses. Está nos planos a edificação de uma Silicon Valley africana e o investimento de países tecnologicamente desenvolvidos como Singapura já são uma realidade. África tem ainda muitos desafios e oportunidades no campo tecnológico que podem não requerer grandes investimento mas que poderão dar grandes ganhos a nível económico e social.

5 Soluções de Saúde

O sector de saúde, que em África carece de investimentos substanciais, abre a porta a novas soluções que providenciem serviços alternativos e evolutivos com capacidade para eliminar distâncias e barreiras entre utentes e provedores. Um exemplo são as plataformas de telemedicina que oferecem a possibilidade de diagnósticos e sugestões de tratamento online e ligam comunidades remotas a médicos em qualquer outra localização.

Taça Cheia



96.1 fm

Rádio Essencial

Todos os
sábados,
às 22:00,
com
**Sebastião
Vemba**

Opiniões

O acordo que se esperou...



César Silveira,
Editor Executivo
Valor Económico

Isabel dos Santos abusou do sistema então existente, sistema este que foi praticamente decretado, idolatrado e em que todos participaram. A empresária pode estar a ser vítima por 'aproveitar' da melhor forma as oportunidades que o tal sistema criou com a aprovação, por exemplo, de um decreto a oficializar que a Sonangol e outras empresas públicas com capacidade financeira financiassem e ou participassem em projectos privados.

Estaria, por exemplo, Isabel dos Santos a enfrentar o que está a enfrentar se esbanjasse apenas em festas, viagens e outras diversões do mundo cor-de-rosa e investisse em negócios insignificantes ou falidos o empréstimo que tomou da Sonangol como terão feito muitos outros que participaram e beneficiaram deste sistema?

No entanto, contra a empresária pesa o argumento de beneficiar mais do que todos os outros por ser filha do então Presidente da República. Xeque-mate? Acreditar que sim, seria ignorar que, mesmo no sistema actual, existem empresários com maiores oportunidades que os outros por, provavelmente, convencerem o Governo, através dos seus feitos, que merecem mais apoios que outros. Portanto, sem um acordo, resta esperar pelos argumentos das partes no momento certo, pois tudo indica que não faltarão argumentos para as partes. Pena é que até lá alguns das empresas arestadas pelo Tribunal de Luanda dificilmente escaparão à morte.

Na semana passada os leitores do jornal português 'Expresso', e sequencialmente de muitos mais órgãos, foram brindados com uma notícia dando conta que Isabel dos Santos e o Estado angolano estavam a negociar o pagamento dos valores reclamados pelo Estado e que estiveram na base da decisão do arresto das participações de Isabel dos Santos em diversas empresas em Angola.

Mesmo muitos que festejaram a decisão do Tribunal de Luanda de arrestar os bens da empresária aplaudiram a notícia do início das negociações que trariam dinheiro invés de ódios.

Entretanto, seguiu-se um balde de água fria. "Fake News", revelam fontes próximas à empresária para depois ser a vez de a PGR desmentir em comunicado. Seguindo-se o Presidente João Lourenço a negar não só a existência de negociações em curso como a possibilidade de vir a acontecer no futuro. Portanto, está decretado...

...Será o tribunal a decidir se



Estará o ADN do sector privado angolano em mutação?



Jorge Moreira,
Manager EY
Transaction
Advisory Services

De acordo com um estudo recente promovido pela International Finance Corporation (IFC) - "braço financeiro" do Banco Mundial, que abriu recentemente um escritório permanente em Luanda, o sector privado angolano é largamente insipiente, tendo sofrido com décadas de intervenção do estado e de políticas deficientes.

O crescimento de Angola nos últimos 50 anos foi impulsionado pela despesa pública. A contribuição do capital privado para o crescimento tem sido historicamente muito baixa, em contraste com o resto da África Subsaariana, onde os investimentos privados desempenharam um papel significativo na economia. Ao nível da evolução, a contribuição do capital privado para o crescimento de Angola caiu ao longo do tempo, tendo sido negativa entre 1996-2014.

Segmentos importantes da eco-

nomia continuam dominados por empresas públicas e empresas com ligações políticas. Angola é sede da maior Empresa Pública (EP) de África, a Sonangol. Apesar de várias ondas de privatizações nos finais dos anos 90 e 2000, os activos das EPs na carteira do IGAPE representam 78% do PIB do país. Só as receitas da Sonangol são equivalentes a 25% do PIB e os seus activos a 40%. As EPs têm uma presença dominante ou substancial na agricultura, transportes, construção e banca. O seu desempenho financeiro é, em média, deficiente e tem vindo a deteriorar-se ao longo dos anos. Excluindo os lucros da Sonangol (que sofreram decréscimo), as EPs estão globalmente a incorrer em perdas. Contudo, os empresários estreitamente ligados ao governo têm desenvolvido negócios bem-sucedidos em telecomunicações, distribuição, agronegócios e imobiliário, enquadrados num regime legal com preferência pela propriedade angolana.

O sector privado é esmagadoramente representado por sociedades unipessoais (55%) e, em média, as empresas são pequenas, empregando um número relativamente pequeno de pessoas (21 em média). Quase 60% das empresas estão concentradas em Luanda. Construção e imobiliário, comércio e distribuição, bem como o financeiro figuram entre os sectores que prosperaram durante os

anos do boom de petróleo. Num grau menor, telecomunicações e transporte aéreo também beneficiaram da economia em rápido crescimento. O crescimento destes sectores alterou a face da economia mas não o suficiente para colocar a economia numa trajetória de crescimento sustentável. As repercussões destes sectores para o resto da economia parecem ter sido modestas, na melhor das hipóteses.

A agricultura e a indústria transformadora, que por muito tempo têm sido priorizadas pelo Governo para apoio e expansão, não conseguiram desenvolver-se apesar de receberem grandes investimentos públicos.

Apesar dos obstáculos, as perspectivas de crescimento futuro parecem positivas. Angola beneficia de um grande mercado, o qual tenderá a ser maior ainda, dado que exhibe o terceiro maior crescimento da população no continente Africano. Neste momento, Angola assume-se como a terceira maior economia de África Subsaariana, atrás da Nigéria e África do Sul, e como a sexta em PIB per capita.

Ciente destas potencialidades, a IFC trouxe consigo 111 milhões USD para ajudar a moldar o setor privado deste país, através do financiamento a pequenas e médias empresas. Uma nova e excelente oportunidade que deverá ser aproveitada pela iniciativa privada!



“ Apesar de muita conversa sobre o capitalismo das partes interessadas, não houve nenhuma discussão sobre a redução dos salários dos CEO. ”

Será que o homem de Davos mudou?



Joseph Stiglitz

Apesar de muita conversa sobre o capitalismo, não houve (em Davos) nenhuma discussão sobre a redução dos salários dos CEO e dos gestores para melhorar as disparidades salariais crescentes, ou sobre o primeiro elemento da responsabilidade social das empresas: pagarem a respectiva parcela justa de impostos, reduzindo a evasão fiscal multinacional e garantindo que os países em desenvolvimento recebem uma quota-parte das receitas fiscais.

Este ano ficou marcado pelo 50.º aniversário da principal reunião do Fórum Económico Mundial (FEM) das elites políticas e empresariais do mundo em Davos, Suíça. Muita coisa mudou desde o meu primeiro Davos, em 1995. Naquela altura, havia uma euforia sobre a globalização, esperança para a transição de países ex-comunistas para o mercado livre e confiança de que as novas tecnologias abririam novas perspectivas, das quais todos beneficiariam. As empresas, a trabalhar com o governo, liderariam o caminho.

Hoje, com o mundo a enfrentar crises climáticas, ambientais e de desigualdade, o ânimo é muito diferente. A empresa Facebook, disposta a fornecer uma plataforma para má informação/desinformação e manipulação política, independentemente das consequências para a democracia, mostrou os perigos de uma economia de vigilância monopolista controlada pelo sector privado. Os líderes empresariais, e não apenas no sector financeiro, demonstraram uma notável torpeza moral.

Além disso, o multilateralismo está sob ataque. O seu defensor mais forte historicamente, os EUA, tem agora um governo empenhado no lema ‘Primeiro a América’ e em prejudicar a cooperação global, mesmo quando a necessidade de cooperação em várias áreas – incluindo a paz, a saúde e o ambiente se torna cada vez mais visível.

A reunião deste ano destacou o desencanto com o modelo norte-americano cada vez mais dominante de empresas que dão prioridade aos

accionistas e maximizam os lucros. Há mais de 50 anos, o fundador e presidente executivo do FEM, Klaus Schwab, defendia ‘o capitalismo das partes interessadas’: as empresas deveriam ser responsáveis pelos interesses dos seus clientes, trabalhadores, comunidades e ambiente, bem como dos seus accionistas. Há cerca de 45 anos, juntamente com o Sandy Grossman, mostrei num quadro económico-padrão que maximizar o valor dos accionistas não maximizaria o bem-estar da sociedade. Este ano, discurso após discurso, os líderes empresariais e académicos explicaram como a defesa bem-sucedida de Milton Friedman do capitalismo accionista conduziu directamente às crises que enfrentamos hoje –



incluindo, nos EUA, a dependência de opiáceos, a diabetes infantil, a redução da esperança de vida no meio do aumento de ‘mortes por desespero’ – e as divisões políticas que alimentaram.

Certamente, é necessário reconhecer que há um problema para mudar o rumo dos acontecimentos. Mas também temos de perceber que as causas das enfermidades da sociedade vão além da maximização do valor dos accionistas. Na raiz do problema está a excessiva fé do neoliberalismo nos mercados e o cepticismo do governo, que sustenta uma agenda política focada na desregulamentação e nos cortes de impostos. Após um experiência de 40 anos, podemos declarar que foi um fracasso. O crescimento foi menor e a maioria dos ganhos foi para quem está no topo da tabela. Ainda que isso devesse ser óbvio, não há consenso entre os nossos líderes empresariais.

Embora os aplausos ao presidente dos EUA, Donald Trump, que proferiu um dos discursos de abertura, tenham sido os mais anémicos que já vi para um líder mundial, quase ninguém o criticou abertamente. Talvez os membros da plateia recearam um ‘tweet’ crítico ou sentiram gratidão por um corte de impostos que beneficiou bilionários e grandes corporações à custa de quase todas as outras pessoas (de facto, as taxas de impostos nos EUA aumentarão para cerca de 70% para os que estão no meio da tabela).

A dissonância cognitiva – ou desonestidade – foi exibida na totalidade. Os participantes poderiam

destacar a importância das alterações climáticas e promover a reacção das suas empresas e ainda assim acolher a desregulamentação de Trump, que permitirá que os EUA, já líderes em emissões de gases com efeito de estufa ‘per capita’, poluam ainda mais.

Além disso, apesar de muita conversa sobre o capitalismo das partes interessadas, não houve nenhuma discussão sobre a redução dos salários dos CEO e dos gestores para melhorar as disparidades salariais crescentes, ou sobre o primeiro elemento da responsabilidade social das empresas: pagarem a respectiva parcela justa de impostos, reduzindo a evasão fiscal multinacional e garantindo que os países em desenvolvimento recebem uma quota-parte das receitas fiscais. Isto fez com que Rob Cox, editor global da Reuters Breakingviews, sugerisse que o capitalismo das partes interessadas pode ser uma estratégia para libertar ainda mais os CEO das restrições: se não conseguirem alcançar as metas de lucro, poderão tagarelar e dizer que estão a cumprir objectivos ambientais, sociais e de governação mais vastos.

Nem as reformas que poderiam aumentar o poder de negociação dos trabalhadores, através do fortalecimento dos sindicatos e da negociação colectiva, estiveram no centro da discussão, embora na Europa essas reformas estejam no topo da agenda da nova Comissão Europeia. É de louvar que algumas (escassas) empresas dos EUA, como a PayPal, explicaram o seu compromisso em pagar ‘salários razoáveis’, que ultra-

passam bem o salário mínimo exigido por lei.

E, no entanto, alguns dos líderes empresariais, que participaram em Davos este ano, principalmente os da Europa, pareciam ter compreendido a urgência de dar respostas às alterações climáticas e a dimensão do que é necessário. E alguns, efectivamente, deram, passos gigantes. Ainda poderá haver alguma ‘lavagem verde’ – bancos que falam sobre lâmpadas economizadoras de energia ao mesmo tempo que emprestam dinheiro a centrais eléctricas alimentadas a carvão – mas a maré mudou.

Alguns líderes empresariais também reconheceram que as nossas enfermidades económicas e sociais não se curarão sozinhas – que, mesmo que a maioria das empresas esteja socialmente motivada, um foco determinado nos lucros implica uma corrida para o abismo. Uma empresa de refrigerantes que não queira produzir bebidas viciantes e ricas em açúcar que possam contribuir para a diabetes infantil corre o risco de ficar a perder para uma empresa menos escrupulosa.

Em suma, o capitalismo sem restrições desempenhou um papel central na criação das múltiplas crises que as sociedades enfrentam actualmente. Se for para o capitalismo funcionar – para fazer face a estas crises e servir a sociedade – não poderá fazê-lo na sua forma actual. Tem de haver um novo tipo de capitalismo – o que já chamei de capitalismo progressivo, que implique um melhor equilíbrio entre governo, mercados e sociedade civil.

A discussão em Davos, este ano, pode ser parte de uma mudança na direcção certa, mas se os líderes realmente querem dizer o que dizem, precisamos de ver algumas provas: empresas a pagar impostos e salários razoáveis, para começar, e a respeitar – e até mesmo a defender – os regulamentos governamentais para proteger a nossa saúde, a nossa segurança, os trabalhadores e o ambiente.

Prémio Nobel da Economia, professor na Universidade de Columbia (EUA) e economista-chefe do Instituto de Roosevelt.

Marcas & Estilos



AUTOMÓVEL

Um modelo surpreendente

A linha 2020 do Kia Cadenza, também chamado de K7, é um modelo que surpreende. A marca redesenhou a dianteira, a traseira e todo o interior. Estão confirmados os motores 2.5 e 3.0 V6 a gasolina com injeção directa, além da versão híbrida. As saídas de ar posicionam-se abaixo da central multimédia e o quadro é digital. A alavanca ganhou formato mais ergonómico. Os botões incorporam funções de aquecimento e ventilação. O volante tem comandos com novos revestimentos.



TURISMO

Reluzente, pacata e segura

As línguas oficiais de Macau são o português e o cantonense, mas o inglês e o mandarim também são vulgarmente falados. É uma cidade pacata e segura para saídas a qualquer hora. A melhor altura para visitar é entre Março e Abril ou entre Outubro e Novembro, quando as temperaturas são mais amenas, ou durante o Ano Novo Chinês.

O país está repleto de casinos e em cada um há um hotel. Os preços variam dependendo da qualidade, localização e condições. É possível encontrar restaurantes com cozinha de quase todos os cantos do mundo e para todos os bolsos. Mas não pode deixar de provar os pratos típicos como o frango frito com molho de limão, a carne de porco agridoce, ou a lula frita com piri-piri e sal.



Artes tradicionais

Estes calçados da Philippe Nappa são feitos de pele de bezerro escovados à mão em azul-marinho com borlas. Num estilo artesanal tipicamente italiano, lembram a forma tradicional de manuseio e a técnica de trabalhar o forro e a sola de couro.



Definições luxuosas

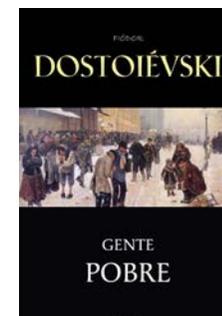
Escolher uma obra fará uma enorme diferença no seu quarto. Tudo o que precisa é de dar à sua casa um upgrade elegante com produtos da DIY. Todas as impressões de arte gigantes são feitas com materiais ecológicos da mais alta qualidade para reproduções nítidas, bem definidas e luxuosas.



Meticulosa e precisa

Todas as peças da Alfa são de natureza delicada e devem ser tratadas com carinho. São pedras que exigem protecção contra impacto ou flexão. Devem ser colocadas de forma meticulosa e precisa. Uma óptima prenda para o dia de São Valentim.

LIVROS



GENTE POBRE é o primeiro romance do escritor russo Fiódor Dostoiévski. A obra, escrita durante os anos de 1844 e 1845 e publicada em Janeiro de 1846, quando o autor tinha 24 anos, tem como personagens humildes habitantes da cidade russa de São Petersburgo.



O ROMANCE O ENGATE desloca uma jovem branca e rica da África do Sul pós-apartheid para a desolação de uma aldeia miserável às margens do deserto, num país árabe de sociedade paternalista e regime ditatorial.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 24 DE FEVEREIRO

Exposição 'Boda no Meu Kubico' do fotógrafo angolano Ngoi Salucombo, na Casa Rede.

6 DE FEVEREIRO

Concerto intimista de Filipe Mukenga no Museu Nacional de História Militar, na Fortaleza, a partir das 20 horas. Ingressos a 7.000 kwanzas.

DE 6 A 8 DE FEVEREIRO

Faces de Angola e Mercado da Comida organizam mais uma feira gastronómica que conta com mais de 50 expositores, no Porto de Luanda, a partir das 16 horas. Ingressos a 3.000 kwanzas (com direito a duas crianças dos 0 aos 10 anos).

13 DE FEVEREIRO

Exibição do filme 'Gilda Brasileiro', na casa de cultura Brasil-Angola, às 18h30. Entradas gratuitas.

14 DE FEVEREIRO

Concerto romântico com Anselmo Ralph, no Twenty Seven, pelas 20 horas. Bilhetes a 45 mil kwanzas.

Educação

ESCOLAS ALBERGAM MAIS DE 11 MIL ALUNOS

Governo do Zaire ameaça encerrar 36 colégios “ilegais” este ano

ENSINO PARTICULAR. Responsável justifica medida com a falta de alvarás e documentos para obtenção de licenças de legalização emitidas pelo Ministério da Educação. Além de as instalações serem “inadequadas”.

O governo provincial do Zaire ameaça encerrar, ainda este ano lectivo, 36 instituições de ensino privadas, da primária ao segundo ciclo do ensino secundário, que funcionam de forma “ilegal”.

O aviso foi dado pelo na sexta-feira, em Mbanza Kongo, pelo inspector do gabinete provincial da Educação, Afonso Biavanga Paz, que calculou em 11.675 o número de alunos nestes estabelecimentos, localizados em Mbanza Kongo e no Soyo.

Segundo o responsável, em declarações à Angop, as escolas estão desprovidas de alvarás e de outros documentos para a obtenção de licenças de legalização emitidas pelo Ministério da Educação, para além de as instalações serem “inadequadas”.

Em 2019, recorda Afonso Biavanga Paz, realizou-se uma visita de ajuda e controlo às referidas instituições “ilegais” por uma equipa constituída por técnicos

locais e da direcção nacional do ensino geral, na qual foram baixadas orientações para que se criassem condições de legalização junto das autoridades, o que não aconteceu.

O inspector lamenta a insistência dos responsáveis dos referidos estabelecimentos de ensino em funcionar sem reunirem os requisitos necessários, afirmando que o Estado precisa do envolvimento da iniciativa privada no sector, desde que se faça de forma “ordeira e legal”, adiantando, entretanto, a adopção de um plano de emergência para inserir os estudantes dessas escolas em instituições de ensino públicas.

Afonso Biavanga Paz acusa os proprietários dos colégios ilegais de se preocuparem apenas com os ganhos financeiros, longe das consequências negativas que tais actos podem trazer para os formandos.

De acordo com o inspector, o processo de legalização de instituições de ensino privadas por parte do Ministério da Educação é feito de forma “célere”, depen-



Para 2020, vão frequentar o ensino geral 174.466 alunos, mais 8.630 comparativamente a 2019.

308

Escolas constituem a rede escolar no Zaire no presente ano lectivo.

dendo, tão-somente, da capacidade financeira e organizativa dos requerentes.

Para o presente ano lectivo, vão frequentar o ensino geral 174.466 alunos, mais 8.630 comparativamente a 2019.

A rede escolar local está constituída por 308 escolas (com-

preendendo 1.718 salas de aulas), sendo 240 do ensino primário, 44 do I ciclo do ensino secundário e 10 do II ciclo, além de sete complexos do ensino primário ao II ciclo, três institutos médios politécnicos, igual número de magistérios primários e uma escola do ensino especial.

ENCERRADA HÁ MAIS DE 10 ANOS

Escola ‘Angola e Cuba’ reinaugurada amanhã

A escola do I ciclo do ensino secundário ‘Angola e Cuba’, localizada no Cazenga, em Luanda, vai ser reinaugurada amanhã, 4 de Fevereiro, informou, o director do Gabinete Provincial da Educação de Luanda, Narciso Benedito.

A instituição, com 20 salas para mais de 1.800 alunos, está encerrada há mais de 10 anos devido ao estado avançado de degradação.

Para a reabilitação, foram investidos mais de 315 milhões de kwanzas, incluindo o apetrechamento, no âmbito do Plano



Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM).

A escola é uma das mais antigas do Cazenga. Foi erguida

por técnicos cubanos, no quadro da cooperação entre Angola e Cuba, dois parceiros estratégicos, desde a década de 1970.

NÚMEROS DA SEMANA

ALEGADAS NEGOCIAÇÕES COM ISABEL DOS SANTOS

JLo fala em “informações infundadas”

122

Milhões e 200 mil dólares valor empregue pelo Ministério da Agricultura e Florestas na requalificação do Pólo Agro-industrial de Quizenga, Malanje.

23

Mil. Número de clientes bancários, que reclamaram, em 2019, da má prestação dos serviços dos bancos que operam no país, dos 12 milhões de contas existentes.

344,5

Milhões de dólares resultados líquidos obtidos pelo Banco BFA no exercício económico de 2019.

92

Milhões de kwanzas, valor arrecadado em multas de Julho a Dezembro de 2019, pela Direcção Nacional do Comércio Externo do Ministério do Comércio.



Presidente João Lourenço revelou à DW África que “não se está a negociar” com a empresária Isabel dos Santos a devolução do dinheiro. “Gostaríamos de deixar aqui garantias muito claras de que não se está a negociar”, reforçou o Chefe de Estado numa abordagem em que foi convidado a reagir às denúncias do ‘Luanda Leaks’.

Admitindo que “mais do que isso, não se vai negociar, na medida em que houve tempo e oportunidade de o fazer”, JLo lembrou que

“as pessoas envolvidas neste tipo de actos de corrupção tiveram seis meses de período de graça para devolver os recursos que indevidamente retiraram do país”, acrescentando que “quem não aproveitou esta oportunidade, todas as consequências que puderem advir daí são apenas da sua inteira responsabilidade”.

O período de graça a que se referiu “terminou em Dezembro de 2018”. Por isso, sendo que “estamos hoje em Fevereiro de 2020”, considera “ser bastante extemporânea a possibilidade de negociação, para além de que, processos que estão em tribunal não são

negociáveis fora deste”.

Instado sobre o ‘peso’ do poder político na administração da justiça, JLo garantiu que “quem abre os processos-crime na Justiça não são os políticos”, mas sim “a própria Justiça, que vai atrás de possíveis crimes”, avançando que “as pessoas a contas com a Justiça que não pensem que é o poder político quem as empurrou para a Justiça”.

“Os políticos têm a missão de traçar políticas que deixem aos órgãos de Justiça as mãos livres para poderem actuar dentro das suas competências”, esclareceu. Negando influência em processos: “Não se pode pensar que é o Presi-

dente da República quem mandou para tribunal A, B ou C. Nem teria tempo para isso. São muitos casos no país. Todos os dias, a Justiça, os tribunais aqui em Luanda, nas províncias, julgam e em alguns casos condenam casos de corrupção”.

João Lourenço referiu-se também ao caso que envolve Manuel Vicente, considerando que “ninguém pode dizer ‘eu não posso ser ouvido, ser constituído arguido, porque o meu vizinho também não foi. A Justiça não funciona assim’. O que aconteceu é que nós pedimos, de facto, que o processo fosse transferido para Angola, e foi. E isso não significa absolvição. O caso está a ser tratado pela PGR, que há dias veio a público defender que quer o ex-Presidente da República, quer o ex-vice-presidente da República gozam de imunidade durante os primeiros cinco anos após o mandato”.

Confrontado porque não criticou quando foi secretário-geral e ministro da Defesa, reconheceu que “ninguém pode dizer que não fazia parte do sistema”. “Todos nós fizemos parte do sistema, mas quem está em melhores condições de corrigir o que está mal e melhorar o que está bem são precisamente aqueles que conhecem o sistema por dentro. Isso foi assim em todas as revoluções, se assim quisermos chamar”.

USD 8.000 milhões em auto-estradas

Beta Tek, consórcio turco com 50 anos de experiência, prevê um investimento de USD 8.000 milhões para a construção de auto-estradas e pontes em Angola, tendo já entregue, há dois meses, uma proposta ao Governo para ‘corrigir’ o actual traçado das estradas nacionais, revelou em Luanda Eugénio Clemente, um dos promotores do projecto.

De acordo com Clemente, se obtiver ‘luz-verde’, o projecto será implementado seguindo o modelo BOT, ou seja, construir e operar instalações por um período determinado, após o qual o controlo é transferido para o Estado.

O promotor garantiu também que o contrato não onera de nenhum modo o Estado, podendo o investimento ser recuperado num horizonte de 50 anos de exploração.

